
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VISEU

ÁGUAS DE VISEU

AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELETRICO PARA STOCK DE ARMAZÉM 2024-2025 POR LOTES

PROGRAMA DO CONCURSO

ÍNDICE

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO	3
2. ENTIDADE ADJUDICANTE.....	3
3. ORGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR	3
4. CONSULTA E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO	3
5. PREÇO BASE	4
6. PRAZO DE EXECUÇÃO.....	4
7. FUNDAMENTO DA ESCOLHA DO CONCURSO PÚBLICO.....	4
8. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÕES E ALTERAÇÕES SOBRE AS PEÇAS PROCEDIMENTAIS .	4
9. ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS	5
10. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
11. PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
12. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA	6
13. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA	6
14. PROPOSTAS VARIANTES	6
15. NEGOCIAÇÃO	7
16. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	7
17. PRAZO DE OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS	7
18. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO	7
19. CAUÇÃO	7
20. DESPESAS	7
21. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	7

ANEXOS

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO

O presente concurso público tem por objeto a Aquisição de material elétrico (para stock de armazém) 2024-2025 por lotes

2. ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Viseu, Águas de Viseu, Rua Conselheiro Afonso de Melo, 3510-024 Viseu, com os seguintes contactos para efeito do presente procedimento:

Telefone: 00351 232 470 670

Fax: 00351 232 424 080

Correio Electrónico: geral@smasviseu.pt

Website oficial: www.aguasdeviseu.pt

Plataforma electrónica: www.acingov.pt

3. ORGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada em reunião de 04/10/2024 por deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Viseu.

4. CONSULTA E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

As peças do procedimento encontram-se disponíveis na plataforma eletrónica de contratação pública indicada no n.º 2, a partir da data da publicação do respetivo anúncio, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 133.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação (doravante designado abreviadamente CCP) .

O Procedimento é constituído pelas seguintes Peças do Procedimento:

- a) O Anúncio;
- b) O presente Programa do Concurso;
- c) O Caderno de Encargos.

Os interessados podem também descarregar gratuitamente as peças do procedimento a partir da plataforma referida no n.º 2, devendo para tanto proceder ao respectivo registo de acordo com as indicações constantes da mesma.

5. PREÇO BASE

O Valor do preço base do procedimento, de acordo o n.º 1 do artigo 47.º do CCP, é de 59.500 € (cinquenta e nove mil e quinhentos euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor, e está dividido por três lotes:

Lote 1 - Fornecimento de material de água – 3.500,00 € acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

Lote 2 - Fornecimento material de automação – 30.000,00 € acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

Lote 3 - Fornecimento material elétrico– 26.000,00 € acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

O cálculo do preço base resulta da consulta preliminar que estes serviços efetuaram ao mercado para aquisição dos materiais constantes nos lotes a concurso

6. PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução do fornecimento dos materiais é de 365 dias.

7. FUNDAMENTO DA ESCOLHA DO CONCURSO PÚBLICO

Não aplicável.

8. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÕES E ALTERAÇÕES SOBRE AS PEÇAS PROCEDIMENTAIS

No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito ao referido no n.º 2 do artigo 50.º do CCP.

A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do n.º 2 do artigo 50.º do CCP e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

O incumprimento do dever de identificar erros e omissões a que se referem os números anteriores tem a consequência prevista no n.º 3 do artigo 378.º do CCP.

Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou até ao prazo fixado no programa de concurso, o órgão competente para a decisão de contratar, ou o órgão para o efeito indicado nas peças do procedimento, presta os esclarecimentos solicitados e pronuncia-se sobre os erros e

as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto no número anterior.

Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 5 do artigo 50.º do CCP, ou até ao final do prazo de entrega de candidaturas ou propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º

Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica indicada no n.º 2. e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo todos os interessados que as tenham adquirido notificados desse fato.

Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

9. ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS

Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar prestar os esclarecimentos solicitados no âmbito deste procedimento.

10. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

O adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- Declaração emitida conforme o modelo constante do **Anexo II do CCP (ANEXO V** deste programa de concurso), assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, de acordo com a certidão da conservatória do registo comercial;
- Documento comprovativo de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do art.º 55.º do CCP;
- Certidão do registo Comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para consulta on-line;
- O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do programa do procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.

No caso de a adjudicação recair sobre um agrupamento de empresas os documentos de habilitação referidos na alínea b) do número anterior devem ser entregues por todos os membros do agrupamento, e a habilitação exigida na alínea d) do mesmo número deve ser apresentada pelos membros do agrupamento cuja atividade careça da sua titularidade.

11. PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

O órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar os documentos de habilitação.

Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário serão disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, na plataforma electrónica.

Sempre que se verifique factos que determine a caducidade da adjudicação, o adjudicatário tem o prazo de 5 dias para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados.

12. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

A proposta tem de ser apresentada por lote e constituída pelos seguintes documentos:

Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao CCP e com o modelo do Anexo I deste Programa de Concurso, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

Documento com a proposta nos termos dos modelos das propostas constante no Anexo II deste Programa de Concurso.

- Preço total e preços unitários, que não devem incluir o IVA;
- Condições de pagamento de acordo com o fornecimento.

Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57º do CCP.

Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea a) do n.º 10.1, deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

13. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

14. PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes ao projeto (ou a parte dele).

15. NEGOCIAÇÃO

As propostas não serão objeto de negociação.

16. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

A proposta deverá ser obrigatoriamente entregue, na plataforma eletrónica, até às 23h59m do 30.º dia a contar da data do envio do anúncio para publicação, nos termos do n.º 3 do artigo 136.º do CCP e de acordo com o n.º 3 do artigo 470.º do mesmo diploma legal.

17. PRAZO DE OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter as respectivas propostas pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

18. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

A adjudicação é feita, por lote, segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa – modalidade monofator, de acordo com a alínea b) do ponto 1 do artigo 74.º:

- Avaliação do preço enquanto único espectro da execução do contrato a celebrar.

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será efetuado por sorteio, sendo notificados os respetivos concorrentes da data e hora a efetuar o mesmo.

19. CAUÇÃO

Quando o preço contratual for inferior a 500.000 € não é exigida prestação de caução.

Quando o preço contratual for inferior a 500.000,00€, a entidade adjudicante pode substituir a prestação da caução pela retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

20. DESPESAS

Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as despesas relacionadas com a celebração do contrato, constituem encargo dos concorrentes ou do adjudicatário, conforme o caso.

21. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas no presente Programa do Concurso, aplica-se o disposto no CCP na sua atual redação.



MUNICÍPIO DE
VISEU



ÁGUAS
DE VISEU

SERVIÇOS
MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA
E SANEAMENTO DE VISEU

ANEXOS

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

MUNICÍPIO DE
VISEUÁGUAS
DE VISEUSERVIÇOS
MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA
E SANEAMENTO DE VISEU

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo da proposta por lote

_____ (indicar firma e sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto do concurso para adjudicação da aquisição de serviços denominada “_____” (designação do concurso), obriga-se a executar todos os trabalhos que constituem esta aquisição de serviços em conformidade com o Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, pelo preço global de _____ Euro (em algarismos e por extenso), referente ao lote _____,

À quantia total supra acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Igualmente declara que esta proposta, salvo no caso de vir a ser expressamente retirada decorrido o respetivo prazo mínimo de validade, se mantém válida até à celebração do contrato ou até que o Adjudicante notifique que procedeu à adjudicação a outro Concorrente.

Mais declara que se submete, em tudo o que respeitar à celebração, execução e extinção do contrato que vier a celebrar, ao que se acha prescrito na legislação portuguesa e ao foro do tribunal português competente, com expressa renúncia a qualquer outro.

(Localidade), de de

Assinatura(s)



SERVIÇOS
MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA
E SANEAMENTO DE VISEU

ANEXO V

Modelo de declaração

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º
